



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

*1º TERMO ADITIVO*  
**Pregão Presencial**

**023/2019**

**CONTRATO Nº**

**048/2019**

**OBJETO:** – Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

EMPRESA  
CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA



**Estado do Paraná**  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ 77.819.605/0001-33

## SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO

DE: SECRETARIA DE SAÚDE  
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Senhor Prefeito Municipal:

Tendo em vista a necessidade de manter o atendimento médico e Clínico geral na Área da Saúde, solicito a Vossa Excelência que seja prorrogado o Contrato nº 048/2019, relativo ao Processo Licitatório – Pregão Presencial nº 023/2019, por um período de 06 (Seis) meses.

A necessidade desta prorrogação se justifica devido ao fato em manter prestar serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

Ressalte-se que a contratada está prestando bons serviços, sendo que se mantiver o mesmo preço somos favoráveis à prorrogação do contrato.

No aguardo de vossa atenção.

São José das Palmeiras, 07 de Janeiro de 2020.

  
ERGONISES FERNANDES DA SILVA  
SECRETÁRIO DE SAÚDE



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33


DE: PREFEITO MUNICIPAL  
PARA: SETOR DE LICITAÇÃO

Senhor Presidente da Comissão:

Estou encaminhando ao setor de Licitação, para que este departamento tome as providências necessárias para efetivação a Prorrogação ao contrato nº 048/2019.

Verifique junto à contadoria se há dotação orçamentária, bem como recursos para a prorrogação e alteração. Em seguida, verifique junto ao Contratado se tem interesse em prorrogar o contrato nas mesmas condições.

São José das Palmeiras, 07 de Janeiro de 2020.



Gilberto Fernandes Salvador  
PREFEITO MUNICIPAL



*Estado do Paraná*

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 08 de Janeiro de 2020.

DE: SETOR DE CONTABILIDADE  
PARA: SETOR DE COMPRAS

Prezado Senhor (a):

Informamos a existência de dotação orçamentária e de recursos para fazer frente à prorrogação de contrato pretendida.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente

Jhonni Ricardo de Castro  
Contador





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

São José das Palmeiras, 09 de Janeiro de 2020.

DE: SETOR DE LICITAÇÃO

PARA: CLINICA DE MEDICINA E FISIOTERAPIA RESTON LTDA.

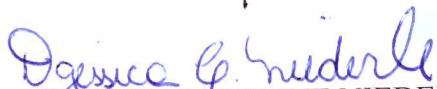
Prezado Senhor (a):

Estamos informando que é do interesse do Município realizar a prorrogação do contrato de prestação de serviços nº 048/2019 por um prazo de 06 (Seis) meses conforme determina lei nº 8.666/93. Sendo assim solicitamos que esta empresa se manifeste no prazo de 03 (Três) dias úteis, dizendo se concorda em manter os mesmo preços cotados, por item, da época da realização da licitação.

No aguardo de vossa manifestação, reiteramos os protestos de consideração.

Sendo o que tínhamos para o momento

Atenciosamente

  
DGESSICA CAROLINE NIEDERLE  
Presidente da Comissão de Licitação

**CLINICA DE MEDICINA E  
FISIOTERAPIA RESTON LTDA.**

Av. José Bonifácio, 1530 – Centro – São José das Palmeiras  
CNPJ: 02.567.891/0001-98

São José das Palmeiras, 10 de Janeiro de 2020.

A  
Comissão de Licitação

Em resposta ao Setor de Licitação, ref. ao termo de aditivo do contrato nº 048/2019, informamos que temos interesse na prorrogação do mesmo.

Atenciosamente

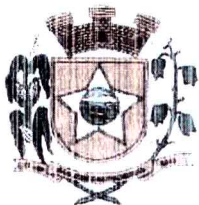


**CLINICA DE MEDICINA E FISIOTERAPIA RESTON LTDA**

Miguel Júri Reston Junior – Sócio Administrador

RG no 8.026.711.898 SSP/RS

CPF no 524.864.430-53



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33  
Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

**PARECER JURÍDICO**

**Assunto: Parecer Jurídico – Prorrogação de Contrato**  
**Requerente: Departamento de Licitação**  
**Pregão Presencial n.º 023/2019**  
**Contrato n.º 048/2019**  
**Data: 10 de janeiro de 2019.**

Retornam os autos para verificação da legalidade da prorrogação do prazo de execução dos serviços de empresa especializada na prestação de serviços médicos de clínico em geral, no posto municipal de saúde de São José das Palmeiras/PR.

Em suma, o Secretário Municipal de Saúde requer a prorrogação do contrato pelo período de 6 (seis) meses, considerando a necessidade de se manter os serviços médicos.

Conforme descrito em parecer jurídico inicial (fls. 07), nota-se que tal certame se deu em caráter excepcional, recomendando-se o prazo máximo de 06 (seis) meses de duração.

Foi destacado as dificuldades vivenciadas pelos municípios pequenos para contratação de médicos, especialmente àqueles que possuem uma média salarial reduzida.

Também foi asseverado sobre a frustração da convocação de médicos aprovados no Concurso Público n.º 001/2017, pois nenhum teria manifestado interesse.

Não obstante, também destacou-se as impossibilidade de realização de Processo Seletivo Temporário, considerando apontamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Processo n.º 30172/2016.

Naquela oportunidade (fls. 08), ponderou-se acerca do lapso de tempo para regulamentação da norma relativa ao processo seletivo temporário, bem como o lapso de tempo necessário para aprovação de norma na Câmara de Vereadores, e, a necessidade de atendimentos médicos no município.

Por fim, tal parecer (fls. 09) sugeriu a realização de concurso público para contratação de servidor efetivo, além da alteração da norma do processo seletivo.

Pois bem. Nota-se que foi aberto edital de licitação para contratação de empresa especializada para realização de Concurso Público, especificamente o Edital de Tomada de preços 04/2019.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150- São José das Palmeiras-PR

Por outro lado, não houve o encaminhamento para Câmara Municipal de Lei para regulamentar o Processo Seletivo Temporário, de acordo com os apontamentos do TCE/PR no processo n.º 30172/2016.

Por outra banda, nota-se que houve a rescisão do contrato de trabalho da Médica que realizava o atendimento dos munícipes pelo programa "Mais Médicos", assim, nota-se que infelizmente não há outro médico para suprir tal demanda.

Examinadas tais circunstâncias, considerando que as condições foram agravadas em relação ao período do parecer inicial (fls. 07), tendo em vista a necessidade/obrigatoriedade de atender a saúde pública local, e, considerando o princípio da continuidade do serviço público, se mostra necessária a prorrogação do contrato licitatório, até a convocação de médico aprovado em concurso público.

Entretanto, replicando as palavras do Ministro Gilmar Mendes do STF, (HABEAS CORPUS 171.576 RIO GRANDE DO SUL, "in verbis":

É que, no processo licitatório, não compete ao assessor jurídico averiguar se está presente a causa de emergencialidade, mas apenas se há nos autos, decreto que a reconheça. Sua função é zelar pela lisura sob o aspecto formal do processo, de maneira a atuar como verdadeiro fiscal de formalidades. No processo licitatório, portanto, o assessor jurídico está restrito a atestar a presença, ou não, do decreto, quando o Ministério Público exige que ele investigue a presença, ou não, da emergência. A assinatura do assessor na minuta do contrato, de igual modo, serve de atestado de cumprimento de requisitos formais e não materiais.

Neste aspecto, cabe a este procurador alertar acerca do dilema jurídico vivenciado pelo município, já que é imperioso a manutenção de serviço médico básico de saúde, mas também sabe-se que a regra de contratação é através do concurso público.

Assim, a prorrogação do presente contrato, o qual fora firmado em caráter excepcional, não se mostra a medida legal adequada.

Neste sentido tem se posicionado o TCE/PR, vejamos:

ACÓRDÃO Nº 5953/16 - Primeira Câmara Tomada de contas extraordinária. 1) Contratação de serviços médicos. Caráter emergencial. Ausência de dano ao erário. Inexistência de indícios de favorecimento dos contratados. Ressalva das



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ: 77.819.605/0001-33

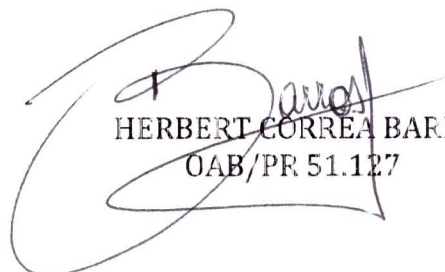
Rua Marechal Castelo Branco, 979, Fones/Fax: 45-32591150– São José das Palmeiras-PR

contas. 2) Licitação para a contratação de profissional da saúde. Programa Saúde da Família. Necessária admissão por concurso público. Irregularidade. Multa. Irregularidade das contas com aplicação de multa e recomendação

Pois bem. Considerando os fatos e fundamentos expostos, tendo em vista os elementos formais descritos, esta procuradoria opina desfavoravelmente pela prorrogação.

É o parecer.

São José das Palmeiras, 09 de janeiro de 2020.

  
HERBERT CORRÊA BARROS  
OAB/PR 51.127





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

## **Decisão**

O presente expediente trata de solicitação do Secretário Municipal de Saúde de prorrogação do contrato de execução de serviço de empresa especializada na prestação de serviços médicos de clínico-geral.

Encaminhado ao Sr. Advogado do Município, adveio parecer contrário à prorrogação.

Seguiu-se ao Gabinete para decisão.

Antes de decidir, determinou-se que a Sra. Secretária de Administração elaborasse relatório pormenorizado acerca do último concurso realizado para o cargo de médico, bem como os procedimentos adotados dentro do âmbito do processo atual voltado a abertura de novo concurso para o mesmo cargo.

Com as informações prestadas pela Secretaria de Administração, volta-me o expediente para apreciação.

É o relatório do essencial.

Decido.

Solicita a Secretaria de Saúde a prorrogação do contrato de empresa especializada na prestação de serviços médicos de clínica-geral. Tal se dá em razão de que o Município se encontra com o cargo de médico vago, haja vista a declinação dos aprovados no concurso passado.

A ilustrada assessoria jurídica opinou contrariamente. Assim o fez, sucintamente, amparado nos seguintes fundamentos:

Examinadas tais circunstâncias, considerando que as condições foram agravadas em relação ao período do parecer inicial (fls. 07), tendo em vista a necessidade/obrigatoriedade de atender a saúde pública local e, considerando o princípio da continuidade do serviço público, se mostra necessária a prorrogação do contrato licitatório, até a convocação de médico aprovado em concurso público...

Neste aspecto, cabe a este procurador alertar acerca do dilema jurídico vivenciado pelo município, já que é imperioso a manutenção de serviço médico básico de saúde, mas também sabe-se que a regra de contratação é através de concurso público.



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

Assim, a prorrogação do presente contrato, o qual fora firmado em caráter excepcional, não se mostra a medida legal adequada.

Pois bem. Considerando os fatos e fundamentos expostos, tendo em vista os elementos formais descritos, esta procuradoria opina desfavoravelmente pela prorrogação.

É o parecer

Conforme informações prestadas pela Secretaria de Administração, o processo de concurso para a contratação de médico (e inúmeros outros cargos) para o quadro do Município se encontra em trâmite, tendo sido obedecidas as seguintes fases, senão vejamos:

O ultimo concurso realizado para o Cargo de Médico – Clínico Geral foi o Concurso Público Nº 001/2017 aberto pelo edital Nº 008/2017 de 17 de Julho de 2017, e a prova foi realizada no dia 24/09/2017.

Datas das convocações para o Cargo de Médico – Clínico Geral:

Edital Nº 007/2019 Data: 18 de Março de 2019, Convocar o candidato Maury Eder Rodrigues (1º Colocado)

Edital Nº 008/2019 Data: 27 de Março de 2019, Convocar o candidato Andre Pereira Heck (2º Colocado)

Edital Nº 011/2019 Data: 04 de Abril de 2019, Convocar a candidata Angélica Freires da Silva (3º Colocado)

Edital Nº 012/2019 Data: 08 de Abril de 2019, Convocar o candidato Herculino Lafeta Rabello Netto (4º Colocado)

Edital Nº 013/2019 Data: 23 de Abril de 2019, Convocar o candidato Alexandre Ribeiro Fortes (5º Colocado)

**Nenhum dos mencionados assumiu a Vaga.**

Então foi solicitado ao setor de Finanças na data de 03 de Junho de 2019 a dotação orçamentária para a contratação de empresa especializada para a realização de concurso público. No dia 04 de Junho de 2019 o setor de finanças informou a existência de previsão de Recursos orçamentários para a contratação.





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

No dia 04 de Junho de 2019 o Secretário de Saúde Eronises Fernandes da Silva, solicitou a Contratação dos seguintes profissionais: 01 Médico Clínico Geral (10 Horas Semanais), 01 Enfermeiro (40 Horas Semanais) e 01 Farmacêutico (40 Horas Semanais).

No dia 04 de Junho de 2019 euDgessica Caroline Niederle Secretária de Administração solicitei a Contratação dos seguintes profissionais: 01 Advogado Vaga Reserva (20 Horas Semanais), 01 Auxiliar Administrativo Vaga Reserva (40 Horas Semanais) 01 Agente Administrativo (40 Horas Semanais) e 01 Motorista (40 Horas Semanais).

No dia 18 de Junho de 2019 a Secretária Municipal de EducaçãoReginéia da Silva solicitou a Contratação dos seguintes profissionais: 01 Nutricionista Vaga Reserva (20 Horas Semanais), 01 Professor Vaga Reserva (20 Horas Semanais) e 01 Auxiliar de Educação Infantil Vaga Reserva (40 Horas Semanais) .

Em data de 20 de Junho de 2019 o excelentíssimo senhor prefeito autorizou a realização do concurso público para o preenchimento das vagas supra mencionadas, solicitando o Impacto financeiro o qual ficou pronto em 24 de Junho de 2019.

Em 02 de Julho de 2019, o Diretor de departamento de Recursos Humanos encaminhou a documentação ao setor de licitações para dar segmento ao Concurso público.

Em data de 06 de Agosto de 2019 encaminhei para o departamento de recursos humanos e Advogado do Município Dr. Herbert Correa Barros, a solicitação de Orçamento para verificação das normas vigentes citadas. O Advogado do Município informou que tínhamos uma notificação do Conselho de Nutrição solicitando a regularização da Carga Horária de Nutricionista de 20 horas para 30 horas semanais, e que ele achava interessante encaminhar o projeto de lei para a câmara das 30 horas antes do processo para contratar a empresa para a realização do concurso público, mesmo assim encaminhei a primeira solicitação de Orçamento em 09 de Agosto de 2019, visto que a carga horária não implicaria em questão de valores para o fornecimento do Orçamento, recebemos os 3orçamentos em data de 13 de Agosto de 2019 encaminhei ao advogado do Município em 15 de Agosto de 2019,pois junto com as proposta das empresas



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

uma delas informou a possibilidade de o processo licitatório ser feito por dispensa, então a necessidade de o advogado avaliar de que forma seria o processo. Passado alguns dias o advogado solicitou que eu encaminhasse também os orçamentos para a Fundação de Apoio ao desenvolvimento da Unicentro – Faue Fundação de Apoio a Unespara qual encaminhei no dia 29 de agosto 2019, recebi o orçamento da Fundação de Apoio a Unespar no dia e no dia 03 de setembro 2019 e continuei entrando em contato com a Fundação de Apoio ao desenvolvimento da Unicentro – Fau conforme solicitação jurídica.

Em análise aos orçamentos que o Município já havia recebido notei que havia dados diferentes para a formulação do orçamento no que diz respeito a questão de quantidade de candidatos inscritos uma formulou a proposta com 400 candidatos inscritos + excedentes e a outra com 500 candidatos inscritos + excedentes, diante da necessidade da padronização da solicitação de orçamento encaminhei novamente ao jurídico em 04/10/2019 para o auxílio quanto a questão jurídica de padronizarmos a mesma, o qual ficou pronto em 24/10/2019 sendo enviado esta nova solicitação de orçamento para as empresas.

Recebemos o Orçamento da Empresa Ippec – Instituto de Pesquisas, Pós Graduação e Ensino de Cascavel em 06 de Novembro de 2019, recebemos o Orçamento da Empresa Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro – Fau em 07 de Novembro de 2019 e recebemos o Orçamento da Empresa Fundação de Apoio a Unespar em 20 de Novembro de 2019.

Em 21 de Novembro de 2019 eu Secretária de Administração elaborei o termo de referência, encaminhando a documentação para o setor de Licitações para a formulação do edital e demais documentos pertinentes ao Processo Licitatório o qual ficou pronto em 03 de Dezembro de 2019 cuja publicação foi em 04 de Dezembro de 2019.

A Tomada de preço ocorrerá às 08:30 horas do dia 23 de Janeiro de 2020, objetivando a contratação de empresa especializada para a realização do concurso público.

São José das Palmeiras, 10 de Janeiro de 2020.

Dgessica Caroline Niederle





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

Secretária de Administração

Vê-se, então, aquilo que a assessoria jurídica do município denominou como dilema jurídico, pois, se é certo que a via esportiva de contratação de serviços médicos é através de concurso público, por outro lado não se pode cogitar a cessação ou suspensão da oferta do mesmo serviço para a população, sendo necessária a prorrogação do contrato celebrado anteriormente.

Analisando o desencadeamento de acontecimentos voltados a abertura de concurso público para o cargo de médico do Município, certame este que envolve não apenas referido cargo, mas inúmeros outros cargos que serão levados a concurso, tenho para mim que a Administração está cumprindo os ditames constitucionais de obediência ao concurso para ingresso no serviço público.

A morosidade do procedimento, se não é desejada, está plenamente justificada no detalhado relatório apresentada pela Secretaria de Administração.

É sempre bom lembrar que a realidade local (salário, localização geográfica, característica de pequeno município etc) pode eventualmente contribuir para que a assunção de cargo público neste Município, as vezes possa se mostrar desinteressante para o aprovado, como é o caso do último concurso para o cargo de médico, quando todos os aprovados foram chamados e declinaram.

A par de todos os considerandos possíveis há uma verdade inexorável: o munícipe não pode ser privado da efetiva prestação de serviços em área tão vital para seu bem estar, sua saúde e sua vida, bem maior do homem. É inconcebível que em nome ou por conta do aventado “dilema jurídico” lembrado pela assessoria especializada, esta Administração coloque em risco a vida ou a saúde de uma única pessoa que venha a necessitar de atendimento na rede pública de saúde.

A continuidade do serviço público, princípio regente dos contratos de engenharia, transporte, limpeza etc, na área da saúde assume uma condição deveras mais relevante, afinal, a obra paralisada pode ser retomada posteriormente, o transporte que não passa pode eventualmente ser tomado outro dia, o lixo que se acumula pode ser recolhido no dia seguinte, mas a saúde e a vida por vezes não dão lugar para o amanhã. Demandam providencias hoje, necessitam de socorro hoje.

O caso ora em apreço não pode ser comparado a um mero dilema jurídico. Antes, é um dilema de vida.

A administração não está de forma alguma buscando meios de burlar o constitucional concurso público. A mera observação das ações concretas envidadas pelo Executivo, bem demonstram que o concurso é a forma de ingresso buscada. A declinação dos aprovados





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

em concurso anterior, causa de atraso na solução do problema, é caso fortuito que se encontra fora dos domínios volitivos da Administração.

Os atos preparatórios para a abertura do novo certame se encontram em pleno desenvolvimento e em breve espaço de tempo oportunizará a seleção de novos aprovados para o desempenho do cargo de médico do município.

Entretanto, por ora, a prorrogação do contrato de execução de serviço de empresa especializada na prestação de serviços médicos de clínico-geral é a única medida a ser tomada no caso em testilha.

Tal como na origem, o prazo de prorrogação deve ser por tempo bastante reduzido, dentro do qual o concurso público deverá ser finalizado e o aprovado chamado para assunção.

Por todo o exposto, **DETERMINO A PRORROGAÇÃO** do contrato de execução de serviço de empresa especializada na prestação de serviços médicos de clínico-geral, pelo prazo máximo de **6 (seis) meses**.

Cientifique-se a Secretaria de Administração acerca desta decisão para que em caráter de urgência e com prioridade dê o encaminhamento necessário ao concurso de ingresso para o cargo de médico.

São José das Palmeiras, 13 de janeiro de 2020.

  
**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 048/2019- SJP**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019**

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 023/2019, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Gilberto Fernandes Salvador, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CPF/MF n.º 608.781.509-00 e da Carteira de Identidade RG n.º 3.989.847-0 SSP/PR, denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.567.891/0001-98, estabelecida na Av. José Bonifácio, 1504 – Sala /centro – São José das Palmeiras-PR neste ato representado por seu sócio-administrador o Sr. Miguel Juri Reston Junior, brasileiro, casado, medico, portador da Carteira de Identidade RG nº 8.026.711.898 SSP/RS e CPF/MF nº 524.864.430-53, residente e domiciliado na Avenida José Bonifácio, 1530 – centro – São José das Palmeiras - PR, doravante denominado **CONTRATADO**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

**CONSIDERANDO:**

Que a empresa vencedora do processo licitatório, manterá as mesmas condições;

Que o próprio texto legal prevê, no inciso II, que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Que a Lei de Licitação, bem como o contrato acima citado, permitem a realização do presente termo aditivo;

Assim sendo, celebram o Município de São José das Palmeiras e a empresa **CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA.**, o presente Termo Aditivo com a seguinte cláusula:

**DAS ALTERAÇÕES**

**CLAUSULA PRIMEIRA**

A Cláusula Terceira passa a ter a seguinte redação:

**Cláusula Terceira:** – Do preço, condições de pagamento – O preço será de R\$ 20,50 ( vinte reais e cinquenta centavos)por consulta, totalizando o valor de R\$ 153.750,00 (Cento e cinquenta e três mil setecentos e cinquenta reais) até término do contrato. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. O (s) pagamento(s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) - Certificado de Regularidade do FGTS da empresa. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

A Cláusula Quarta passa a ter a seguinte redação:

**Cláusula Quarta** – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 17 de agosto de 2020, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2019	2470	06.002.10.302.0007.2047	303	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
2019	2471	06.002.10.302.0007.2047	494	3.3.90.34.00.00	Do Exercício





**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

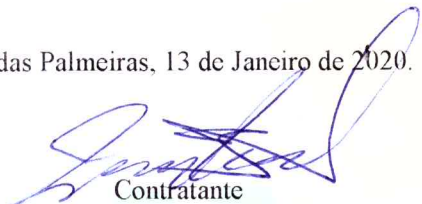
**Clausula Oitava passa ter a seguinte redação:**

**Clausula Oitava** Os serviços deverão prestados pela CONTRATADA, no Posto de Saúde do Município de São José das Palmeiras, no período da manhã, das 8:30 às 11:30 horas.

Paragrafo Único: O prazo de execução dos serviços passara para 12 (doze) meses.

As demais cláusulas do contrato originário, datado de 16 de Julho de 2019, não atingidas por este termo, permanecem inalteradas.

São José das Palmeiras, 13 de Janeiro de 2020.

  
Contratante  
Município de São José das Palmeiras  
Gilberto Fernandes Salvador  
Prefeito Municipal

  
Contratada  
CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA.  
Miguel Júri Reston Júnior – Sócio Administrador  
R. G. n.º 8026711898-SSP/RS



**Estado do Paraná**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

CNPJ 77.819.605/0001-33

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 048/2019- SJP**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019**

Objeto: Do objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras.

Contratante: Município de São José das Palmeiras.

Contratada: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA


Fundamento: ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera o valor máximo constante na cláusula terceira: de R\$ 76.875,00 (setenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais), para R\$ 153.750,00 (Cento e cinquenta e três mil setecentos e cinquenta reais) até término do contrato.

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quarta, de 16 de Fevereiro de 2020, para de 16 de Agosto de 2020.

Altera a execução do Contrato, constante na Clausula Oitava, de 6 (seis) meses, para 12 (doze) meses.

São José das Palmeiras/PR, 13 de Janeiro de 2020.

  
Gilberto Fernandes Salvador  
Prefeito Municipal

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná, em 13 de Janeiro de 2020; 60º ano da Emancipação Política do Município.

**PEDRO SERGIO KRONÉIS**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Luciano Dias  
Código Identificador:00987EE6

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 024/2020 - CONCEDE FÉRIAS PARA**  
**SERVIDOR MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº 024/2020**  
**DATA: 08 de janeiro de 2020**

**SÚMULA:** Concede férias para servidor municipal.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS,**  
Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a  
Lei Municipal 590/2017;

#### **RESOLVE**

**Art. 1º** - Conceder, a partir desta data, férias para a servidora  
**REGINA APARECIDA DA SILVA**, ocupante do cargo de  
provimento efetivo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**.

**Art. 2º** - As férias mencionadas no artigo anterior referem-se ao  
período aquisitivo 2018/2019.

**Art. 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 08 de  
janeiro de 2020.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Alexandra Nunes Marafim  
Código Identificador:2E9BAAA5

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA Nº 025/2020 - CONCEDE FÉRIAS PARA**  
**SERVIDORES MUNICIPAIS**

**PORTARIA Nº 025/2020**  
**DATA: 13 de janeiro de 2020**

**SÚMULA:** Concede férias para servidores  
municipais.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS,**  
Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a  
Lei Municipal 590/2017;

#### **RESOLVE**

**Art. 1º** - Conceder a partir desta data, férias aos servidores  
mencionados nos anexos desta portaria, referente aos períodos  
aquisitivos 2018/2019.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 13 de  
janeiro de 2020.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

ANEXO I DA PORTARIA Nº 025/2020	
NOME	CARGO
Betânia Prieta Pedron Thaunburg	Assessora Jurídica
Cimélasa Cecília Viçoso	Auxiliar de Enfermagem
Patrícia Marcusso Borabê Steller	Agente Adm. Estrativo

Publicado por:  
Alexandra Nunes Marafim  
Código Identificador:ECBF8A8

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº**  
**048/2019 - SJP - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019**

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº**  
**048/2019- SJP**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019**

**Objeto:** Do objeto: Contratação de empresa especializada para prestar  
serviços médicos de clínico em geral, no Posto Municipal de Saúde do  
Município de São José das Palmeiras.

**Contratante:** Município de São José das Palmeiras.

**Contratada:** CLÍNICA DE MEDICINA RESTON LTDA

**Fundamento:** ART. 65, II, 'd' da Lei 8.666/93.

Altera o valor máximo constante na cláusula terceira de R\$ 76.875,00  
(setenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais), para R\$  
153.750,00 (Cento e cinquenta e três mil setecentos e cinquenta reais)  
até término do contrato.

Altera a duração do contrato, constante da Cláusula Quarta, de 16 de  
Fevereiro de 2020, para 16 de Agosto de 2020.

Altera a execução do Contrato, constante na Cláusula Quinta, de 6  
(seis) meses, para 12 (doze) meses.

São José das Palmeiras/PR, 13 de Janeiro de 2020.

**GILBERTO FERNANDES SALVADOR**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Alexandra Nunes Marafim  
Código Identificador:730F2A3

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO Nº 002/2020 - DESIGNA MEMBROS PARA**  
**COMPORER A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO**  
**DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - REPUBLICADO POR**  
**INCORREÇÃO**

**DECRETO Nº 002/2020**  
**DATA: 07 de Janeiro de 2020.**

**SÚMULA:** Designa Membros para compor a  
Comissão de Licitação do Município de São José das  
Palmeiras.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS,**  
Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em especial,  
considerando o disposto no artigo 58 da Lei Orgânica do Município

#### **DECRETA**

**Art. 1º** - Ficam designados para compor a Comissão Permanente  
de Licitação, para o exercício de 2020, ficando sob a presidência o  
primeiro, os Senhores:

**Titulares:** Dgessica Caroline Niederle  
Sheila Andréia Borges de Oliveira Nunes  
Danubia Kássia da Silva Bernabé

**Suplentes:** Eliane dos Santos Moreira Leurenço  
Maria Gilvania da Silva Costa  
Jhonni Ricardo de Castro

**Art. 2º** - A Comissão poderá ser auxiliada por técnicos, comissões  
especializadas, particularmente no que diz respeito aos aspectos  
jurídicos, técnico econômico financeiro das licitações instrumentadas.



BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



Receita Federal

**CERTIDÃO**

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA**  
CNPJ: **02.567.891/0001-98**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

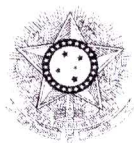
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 19:18:58 do dia 04/12/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 01/06/2020.

Código de controle da certidão: **ECFC.5094.1A93.5D88**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)

Preparar página  
para impressão



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.567.891/0001-98

Certidão n°: 464219/2020

Expedição: 06/01/2020, às 09:22:06

Validade: 03/07/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CLINICA DE MEDICINA RESTON LTDA** (**MATRIZ E FILIAIS**), inscrito(a) no CNPJ sob o n° **02.567.891/0001-98**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná

**Certidão Negativa**

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 021264108-80**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **02.567.891/0001-98**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 05/05/2020 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF****Inscrição:** 02.567.891/0001-98**Razão**

CLINICA DE MEDICINA E FISIOTERAPIA RESTON LTDA

**Social:****Endereço:**AV JOSE BONIFACIO 1504 / CENTRO / SAO JOSE DAS PALMEIRAS /  
PR / 85898-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/12/2019 a 23/01/2020**Certificação Número:** 2019122505152046204566

Informação obtida em 06/01/2020 09:24:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**